

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR SIMPLIFICADO

### CONTRATAÇÃO SEMI-INTEGRADA DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DO CENTRO COMUNITÁRIO PELA VIDA - CONVIVE

Informações da unidade requisitante	
<b>UG Requisitante:</b> Secretaria de Segurança Urbana e Cidadania	<b>Setor Requisitante:</b> SESUC/GAB
<b>Responsável pela demanda:</b> Fernando Tadeu David	
<b>Cargo:</b> Secretário de Segurança Urbana e Cidadania	

JUSTIFICATIVA PARA A UTILIZAÇÃO DO ETP SIMPLIFICADO
<p>A justificativa para a utilização do estudo técnico preliminar simplificado, conforme o artigo 18, parágrafo 2º, da Lei 14.133/2021, pode ser fundamentada em diversos aspectos, especialmente em situações onde o objeto da contratação foi definido e aprovado pelo órgão de fomento.</p> <p>Em agosto de 2023, o Governo Federal relançou o Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), com o propósito de promover o desenvolvimento econômico, social e estrutural dos municípios brasileiros. Trata-se de uma iniciativa estratégica voltada à redução das desigualdades regionais, à geração de empregos e à melhoria da infraestrutura e dos serviços públicos, tanto em áreas urbanas quanto rurais.</p> <p>O Município de Juiz de Fora manifestou expressivo interesse no Novo PAC e apresentou propostas nas áreas de Infraestrutura Urbana, Saneamento, Educação, Saúde e Esporte, sendo contemplado com diversos termos de compromisso firmados com o Governo Federal para a execução das metas aprovadas.</p> <p>No caso em questão, o Município foi selecionado para receber recursos federais destinados à construção de um Centro Comunitário pela Vida - CONVIVE, conforme diretrizes do programa e ajuste formalizado entre o Ministério Justiça e Segurança Pública e a Prefeitura de Juiz de Fora.</p> <p>Considerando que o anteprojeto foi elaborado em conformidade com as diretrizes técnicas estabelecidas pelo Governo Federal e já se encontra aprovado, não se justifica a realização de nova análise de soluções para a obra em questão, uma vez que a solução técnica está previamente definida.</p> <p>Ademais, a não execução da proposta aprovada nos termos do ajuste firmado poderá configurar desvio de finalidade, contrariando o objeto do repasse pactuado.</p> <p>Diante desse contexto, opta-se pela adoção do ETP simplificado, conforme previsto na legislação vigente, contemplando os elementos obrigatórios dispostos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII, incluindo as informações pertinentes ao licenciamento ambiental e à licitação.</p>

#### I – DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERANDO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO

A necessidade de contratação da obra do Centro Comunitário pela Vida - CONVIVE em Juiz de Fora, no âmbito do Novo PAC Seleções 2023, é uma imperativa medida de interesse público, fundamentada na urgência de enfrentar a vulnerabilidade social estrutural e a escalada da violência em zonas periféricas da cidade. O problema a ser resolvido transcende a segurança pública repressiva, residindo primariamente na carência de infraestrutura social inclusiva que possa oferecer oportunidades concretas e fortalecer o tecido comunitário.

A construção do CONVIVE no Parque das Águas - um local estratégico - representa, assim, a materialização de uma política pública que busca atacar a violência em sua causa raiz: a desigualdade de oportunidades. Com um investimento federal de aproximadamente R\$13 milhões, o equipamento não é apenas um complexo esportivo, mas um polo multifuncional de cidadania, que irá integrar serviços essenciais de educação, cultura, lazer e, crucialmente, de assistência social e saúde.

Ao concentrar estes serviços, o CONVIVE fortalece a Rede de Proteção Social municipal, permitindo um acompanhamento mais efetivo de famílias em alto risco e atuando como um fator de prevenção primária, quebrando o ciclo da marginalidade e da criminalidade.

Dessa forma, a contratação desta obra se justifica como um investimento estratégico e duradouro na Cultura de Paz e no desenvolvimento humano, transformando um território de risco em um vetor de inclusão social e resgate de direitos para a comunidade juiz-forana.

#### **IV - ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES A SEREM POTENCIALMENTE CONTRATADAS**

O presente objeto refere-se à contratação de empresa especializada para a execução das obras de construção do Centro Comunitário pela Vida, no âmbito do Programa NOVO PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, do Governo Federal, do qual o Município de Juiz de Fora foi contemplado.

O projeto foi desenvolvido a partir da adequação do Projeto Padrão do Ministério da Justiça e Segurança Pública às especificidades do lote público selecionado, observando-se as condicionantes locais e as diretrizes técnicas do programa. As adaptações realizadas tiveram por objetivo compatibilizar o projeto às características do terreno, sem prejuízo à concepção original ou à funcionalidade da edificação.

A proposta mantém integralmente o programa de necessidades e as características gerais do projeto padrão, tais como a setorização dos ambientes, as dimensões dos módulos, a relação entre espaços internos e externos, a técnica construtiva e a volumetria da edificação. Adicionalmente, o lote destinado ao empreendimento possui área total de 14.787,52 m<sup>2</sup>, superior à área mínima exigida, o que contribui para melhor implantação e aproveitamento do conjunto arquitetônico.

As estimativas de quantidades, insumos e serviços foram definidas a partir das adequações realizadas e constarão de forma detalhada no Memorial Descritivo anexo ao Projeto Básico



(Extraído do Memorial de Implantação - CONVIVE, constante no Despacho 88 do Proc. Administrativo 11.790/2024)

## VI – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado para esta contratação será de **R\$ 14.289.456,98 (quatorze milhões, duzentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais, e noventa e oito centavos)**, conforme planilha de orçamento paramétrico aprovada, que será anexada ao edital.

## VIII – JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Considerando tratar-se de contratação semi-integrada, em que a mesma empresa será responsável pela elaboração do projeto executivo, bem como pela execução da obra, não se aplica o parcelamento, em razão da necessária unicidade e responsabilidade integral do contratado sobre todas as etapas do empreendimento, tanto pelos riscos do projeto quanto pela obra.

## LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Acerca do tema, tem-se o seguinte trecho extraído da Declaração de NÃO passível de Licenciamento Ambiental Nº 67/2025, nos seguintes termos:

“O Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMDEMA, por intermédio do Órgão Central do SISMAD, nos termos do art. 4º, inciso VIII, da Lei 9680 de 20 de dezembro de 1999, em atendimento ao FCE (Despacho 286- 5593/2022) anexado ao Processo Licenciamento Ambiental nº 5593/2022, declara que PREFEITURA DE JUIZ DE FORA, CNPJ: 18.338.178/0001-02 não é passível de licenciamento ambiental para a atividade de **“Implantação do Centro Comunitário Pela Vida - CONVIVE”** nas confluências das ruas Maestro José Quirino, Raphael Ozório Pereira e Rogério Fernando Scoralick, Bairro Parque das Águas, Juiz de Fora/MG, por não possuir enquadramento na DN COPAM 217/2017.” (GRIFO PRÓPRIO)

Por assim ser, com fulcro nesta Declaração supramencionada, resta demonstrada a desnecessidade do Licenciamento Ambiental para o objeto em tela.

## LICITAÇÃO

Após análise preliminar quanto à escolha da modalidade de licitação, com base nos artigos 29 a 32 da Lei nº 14.133/2021, conclui-se que a única modalidade compatível com o objeto a ser contratado é a **Concorrência Eletrônica**. As demais modalidades previstas na legislação não são aplicáveis à execução de projetos e obras de engenharia nas condições específicas da contratação semi-integrada prevista neste caso.

*“Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei, adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.”*

*Parágrafo único. O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de engenharia de que trata a alínea “a” do inciso XXI do caput do art. 6º desta Lei. 5.4.4.” (GRIFO PRÓPRIO)*

Quanto ao regime de contratação, a adoção da contratação semi-integrada para a construção do Centro Comunitário pela Vida encontra amparo legal no art. 46 da Lei nº 14.133/2021, que permite esse regime de execução contratual nos casos em que a Administração Pública deseje contratar, de forma conjunta, a elaboração e o desenvolvimento do projeto executivo, bem como a execução da obra, proporcionando, assim, ganhos relevantes de eficiência e economia de recursos públicos, como:

- Redução de aditivos contratuais: como o projeto é elaborado pela mesma empresa que executará a obra, há menor chance de incompatibilidades entre projeto e execução, o que evita alterações posteriores.
- Mais controle de cronograma: a centralização da responsabilidade em um único contratado permite que os prazos sejam mais realistas e respeitados, já que não há a necessidade de ajustes entre diferentes fornecedores.
- Menor risco para a Administração: o ente público se resguarda de problemas técnicos de projeto ou execução, pois a responsabilidade é integral da contratada, inclusive pelos resultados finais.
- Maior inovação e qualidade técnica: com liberdade para propor soluções técnicas durante a fase de projeto, a empresa pode empregar sua expertise para otimizar custos, prazo e desempenho da obra.

Portanto, a contratação semi-integrada se mostra a forma mais adequada para garantir a execução célere, segura e eficiente da obra, assegurando o cumprimento das metas pactuadas com o Governo Federal no âmbito do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

*“Art. 46. Na execução indireta de obras e serviços de engenharia, são admitidos os seguintes regimes:*

*I - empreitada por preço unitário;*

*II - empreitada por preço global;*

*III - empreitada integral;*

*IV - contratação por tarefa;*

*V - contratação integrada;*

***VI - contratação semi-integrada;***

*VII - fornecimento e prestação de serviço associado.” (GRIFO PRÓPRIO)*

Tendo em vista a modalidade de Concorrência Eletrônica, bem como o caráter do objeto licitado, será adotado o critério de julgamento como maior desconto, adotando como base os artigos 33 e 34 da Lei Federal:

*“Art. 33. O julgamento das propostas será realizado de acordo com os seguintes critérios:*

*I - menor preço;*

***II - maior desconto;***

*III - melhor técnica ou conteúdo artístico;*

*IV - técnica e preço;*

*V - maior lance, no caso de leilão;*

*VI - maior retorno econômico.” (GRIFO PRÓPRIO)*

*“Art. 34. O julgamento por menor preço ou maior desconto e, quando couber, por técnica e preço considerará o menor dispêndio para a Administração, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital de licitação.” (GRIFO PRÓPRIO)*

Ao fim, haja vista a adoção da Concorrência Eletrônica, bem como o caráter de maior desconto, será adotado o modo de disputa aberto, a fim de viabilizar a possibilidade de disputa entre as sociedades empresárias, tendo como sustentáculo o art. 56 da Lei Federal retro:



*“Art. 56. O modo de disputa poderá ser, isolada ou conjuntamente:*

***I - aberto, hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes;***

***II - fechado, hipótese em que as propostas permanecerão em sigilo até a data e hora designadas para sua divulgação.***

*§ 1º A utilização isolada do modo de disputa fechado será vedada quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto.*

*§ 2º A utilização do modo de disputa aberto será vedada quando adotado o critério de julgamento de técnica e preço.” (GRIFO PRÓPRIO)*

### **XIII – POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA**

Após análise das informações constantes nos autos, conclui-se que a contratação semi-integrada mostra-se plenamente adequada para atender à necessidade de construção do Centro Comunitário pela Vida, no âmbito do Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do qual o Município de Juiz de Fora foi contemplado.

A adoção do regime de contratação semi-integrada, nos termos do art. 46 da Lei nº 14.133/2021, justifica-se pela conveniência técnica e administrativa de atribuir à contratada a responsabilidade pela elaboração do projeto executivo e pela execução da obra, a partir do projeto básico previamente desenvolvido e aprovado pela Caixa Econômica Federal, agente mandatário da União. Esse regime assegura maior integração entre as etapas de projeto e execução, permitindo que a contratada proponha melhorias técnicas, inovações construtivas e adequações metodológicas, desde que respeitados os parâmetros e diretrizes definidos no projeto básico e no anteprojeto validados pela Caixa.

Quanto à viabilidade da proposta, destaca-se que o anteprojeto e o projeto básico elaborados pelo Município foram validados tecnicamente pela Caixa Econômica Federal, atestando sua conformidade com as diretrizes do programa federal e demonstrando viabilidade técnica, operacional e de implantação do empreendimento. O projeto foi concebido com base na adequação do projeto padrão do Ministério da Justiça e Segurança Pública às características do lote público destinado à intervenção, preservando as dimensões, setorização e programa de necessidades definidos pelo órgão federal.

Sob o aspecto financeiro, a execução da obra conta com recursos previamente assegurados por meio de termo de compromisso firmado com o Governo Federal, garantindo a disponibilidade orçamentária e a viabilidade financeira do empreendimento. A adoção do regime semi-integrado proporciona maior previsibilidade de custos e prazos, além de reduzir a fragmentação das responsabilidades técnicas, o que favorece o controle e a fiscalização da execução pela Administração.

A concentração das etapas de projeto executivo e obra em um único contrato permite maior compatibilidade técnica entre as soluções adotadas e o processo construtivo, contribuindo para a mitigação de riscos, a redução de aditivos contratuais e a racionalização do cronograma físico-financeiro. Ademais, a modalidade estimula a competitividade entre as empresas participantes, possibilitando que apresentem



propostas mais vantajosas e tecnicamente otimizadas, dentro dos limites estabelecidos pelo projeto básico aprovado.

Dessa forma, a adoção do regime de contratação semi-integrada mostra-se plenamente justificada e vantajosa para o objeto em tela, tanto sob o ponto de vista técnico e operacional quanto econômico e financeiro. A escolha está em consonância com as diretrizes do Programa NOVO PAC e com as boas práticas de gestão de obras públicas, assegurando eficiência, economicidade e qualidade na execução do Centro Comunitário pela Vida.

#### **Profissional responsável pelas informações do ETP**

##### **Responsável pela elaboração e consolidação das informações do ETP:**

**Nome:** Bruno neves Matos

**Cargo:** Assessor

**Secretaria de Obras**

##### **Responsável pela conferência e aprovação do ETP:**

**Nome:** Leonardo Leon Leite Moreira

**Cargo:** Subsecretário de Gestão de Obras Públicas

**Secretaria de Obras**

##### **Responsável pela conferência e aprovação do ETP da unidade Requisitante:**

**Nome:** Daniel Luiz Andrade

**Cargo:** Subcomandante da Guarda Municipal

**Secretaria de Segurança Urbana e Cidadania**



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: B77F-5207-3D4C-CB8C

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



LEONARDO LEON LEITE MOREIRA (CPF 117.XXX.XXX-20) em 08/10/2025 18:28:15 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://juizdefora.1doc.com.br/verificacao/B77F-5207-3D4C-CB8C>